



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

52ª Reunião Ordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

16 de setembro de 2015

**BRASÍLIA-DF
2015**

Aos dezesseis dias de setembro do ano de dois mil e quinze, reuniu-se no Auditório da Secretaria de Planejamento e Formulação de Políticas da SEPPIR, SEPN Quadra 514, Bloco C, Lote 8, Asa Norte, Brasília/DF, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – CNPIR/SEPPIR/PR, para a sua quinquagésima segunda Reunião Ordinária, com a participação dos seguintes Conselheiros e Conselheiras representantes de entidades da Sociedade Civil, no biênio 2015 – 2016: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

a Sra. Ministra, Presidenta do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial declarou abertos os trabalhos da reunião cumprimentando a todos e convidando aqueles que nunca participaram do Conselho para que se apresentassem. Em seguida a Conselheira Marcela, representante da União Nacional dos Estudantes, informou que estava concluindo a sua participação no Conselho e que seria substituída pelo Sr. Rodger, novo conselheiro da UNE. A Ministra saudou a conselheira Marcela agradecendo-lhe pela contribuição ao Conselho e em seguida apresentou as justificativas de ausência dos conselheiros Kabengele Munanga e Maria de Lourdes Siqueira. Neste momento, o conselheiro Nuno Coelho pediu verificação de quorum, antes que tivesse início a ordem do dia. Verificada a ausência de quorum a Ministra deu início aos informes, instalando a reunião, sem caráter deliberativo. A Ministra informou que o Sr. Giovanni Harvey houvera saído do cargo de Secretário-Executivo e que o assessor especial Roberto Borges estava assumindo interinamente a função. Na ocasião, a Ministra destacou a relevância dos trabalhos realizado pelo Sr. Giovanni Harvey e reafirmou publicamente o agradecimento já feito ao próprio Secretário pelos significativas realizações à frente da Secretaria-Executiva do Ministério e na condução do CNPIR. Em seguida, iniciaram-se os informes dos conselheiros. A Sra. Rosário, MPOG, informou que o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, no último dia trinta, o Projeto de Lei, do Plano PluriAnual destacando que houve conquistas no referido projeto no sentido de que foi construída uma diretriz específica para a questão da igualdade racial e superação do racismo, bem como destacou a modificação no nome do programa da SEPPIR que antes chamava promoção da igualdade racial e enfrentamento do racismo e agora passou a se chamar promoção da igualdade racial e superação do racismo. A Sra. Maria Aparecida de Matos, Rede Amazônia Negra, informou sobre a participação da Rede Amazônia Negra na Conferência Livre da População Negra destacando as discussões realizadas sobre o Sistema Único de Saúde, sobre o desafio de se garantir atendimento médico nas comunidades quilombolas. Informou ainda quanto ao trabalho desenvolvido para finalização do relatório do

segundo diálogo da SEPPIR com a rede Amazônia que agora precisa ser encaminhado aos participantes para que possa subsidiar as reflexões nas comunidades e nos movimentos da região. Sra. Ubiraci Matildes, Fórum Nacional de Mulheres Negras, informou quanto a realização da reunião do Comitê Técnico da Saúde da População Negra onde discutiu-se a questão da marcha das mulheres negras, que vai acontecer 18 de novembro. A Conselheira frisou que é importante assegurar as condições para que a Marcha ocorra e ressaltou a importância do acompanhamento da elaboração do PPA como significativo instrumento de políticas públicas. O Sr Nuno Coelho, informou 05 a 07 de setembro os APNs realizaram sua 16ª Assembleia Nacional na qual o Sr. Helcias Pererira foi eleito coordenador nacional. O Sr. Nuno também destacou, que, diante da hipótese de extinção da SEPPIR seria importante que a Ministra Nilma pleiteasse uma audiência do CNPIR com a Presidenta para que a importância das políticas de igualdade racial fosse apresentada. Sr. Milton Santos (Rede Afro LGBT) – destacou que no último dia 29 de junho o Código Penal de Moçambique descriminalizou a homossexualidade no país frisando a importância desta iniciativa para a luta pela livre orientação sexual e identidade de gênero no mundo. Sr. Jerônimo Júnior, Unegro, informou que entre os dias 07 e 09 de agosto a União de Negros pela Igualdade realizou a sua 5ª Plenária Nacional em Brasília com a presença de 20 unidades da federação e que o próximo congresso da entidade que acontecerá em abril de 2016 em São Luiz no Maranhão com a proposta de reunir mil delegados. Sr. Roger Richer, Diretor de Combate ao Racismo da UNE, informou sobre episódio ocorrido na IFBA campus Camaçari em que estudantes foram expulsos e suspensos do instituto sob o argumento de terem encontrado na sala do grêmio garrafas de bebida alcoólica após festa organizada pelos discentes. O conselheiro leu a nota emitida pela União Nacional dos Estudantes em virtude do episódio e destacou os indícios de tratar-se de caso de discriminação racial. O Sr. Rodger também informou que dia 01 e 02 de agosto ocorreu o seminário de gestão da UNE que encaminhou uma série de ações em relação as respectivas pastas Sr. José Carlos da Silva (Carlos Calon Barua) informou que CEDRO – Centro de Estudos e Discussões Romani conseguiu junto ao Procurador da República, Dr. Edmundo, a construção de uma audiência pública que vai acontecer no dia 02 de outubro para tratar de temas referentes à questão cigana em Pato de Minas, Minas Gerais onde mulheres ciganas tem sido impedidas de cuidarem dos seus filhos em virtude da alegação de que as mesmas não possuem residência fixa, e, portanto, poriam em situação de risco a criança. Sr. Adeildo de Araújo (Movimento Negro Unificado) destacou a Marcha Nacional das mulheres negras e sugeriu que a sociedade civil representada no CNPIR construa uma carta endereçada a Presidenta Dilma Rousseff sobre a necessidade de manter a SEPPIR com status de

ministério. Sr. Enoque Pinto, frisou – Bom dia a todos os presentes, a ministra. É um prazer estar com vocês, e quero agradecer a presença de todos que é muito importante, muitas vezes a gente fica triste quando chega cedo e não tem conselheiro presente, daí chega e vê vazio assim, mas eu estou feliz que agora encheu. Quero repassar para vocês que no dia 14 na segunda fui convidado pela Coordenação Estadual de DST AIDS e Hepatites Virais do Estado do Amazonas, representando os povos indígenas, para abertura de um evento que acontece até o dia 18 na sexta-feira que tem como objetivo traçar uma política mais sólida com relação aos altos índices de doenças sexualmente transmissíveis no estado do Amazonas, que ele ocupou agora o segundo lugar a nível nacional, isso preocupa muito. Pretende-se fazer uma ação interfederativa aonde vai está estado, município, governo federal, com o objetivo de trabalhar nessa política, e isso me preocupa bastante quanto profissional, quanto usuário, porque isso atinge a nossa sociedade de forma direta e que implica também um lado social, muito, além do mais, você vê que tem também o lado da discriminação, principalmente para quem são os portadores do vírus do HIV. Então é uma problemática que estamos enfrentando, e vamos lutar para alcançar algumas diretrizes que nós temos que trabalhar em cima para diminuir esses números que está muito alto no nosso estado, perdendo apenas para um estado do Sul do Brasil. Outra coisa, quero repassar também para vocês que estamos também trabalhando na questão da semana da consciência negra no estado do Amazonas, hoje também coincidiu, hoje nós teríamos uma reunião ordinária, mas coincidiu com outra reunião ordinária daqui, ao qual já tinha sido marcado antecipadamente, mas atualmente agora tem representante lá que está trabalhando na questão da representação dos povos indígenas. Outra coisa, eu quero pedir assim encarecidamente com relação a esses novos pacotes, o governo está lançando com os programas que estão sendo alcançados a cada 15 de cada mês parece que ele lança um desses pacotes, que a gente pudesse trabalhar em cima para beneficiar nossa sociedade, porque se a gente ver que o governo está tão distante de quem realmente precisa, e que esses pacotes possam está suprindo esse vazio, essa lacuna que nós temos. Eu peço também nesse momento um olhar bem também com relação aos conflitos que estão acontecendo contra os povos indígenas de várias partes de nosso estado brasileiro, e que pouco se faz no último encontro que tivemos aqui com a representante do Ministério da Justiça, bem dizer ela falou assim: não temos nenhuma política voltada à questão de segurança, e isso, e ela não abre ela para a gente debater essa questão. E você vê que esses indicadores estão aumentando e prejudica muito os nossos povos. E por último eu quero solicitar um apoio por ser conselheiro na representação da questão dos jogos indígenas que vão acontecer no mês de outubro. Se há essa possibilidade, eu vou está oficializando através de um ofício. E também eu quero dizer que os

povos indígenas estão assim, tem que está de mãos dadas com outras organizações para que a SEPPIR ela seja, é uma visão diferenciada, porque as pessoas sempre tem algum outro, tentando derrubar ela, que ela seja mais forte, e esse momento é a hora de está de mão dada para ela se solidificar. E muito obrigado por tudo. Vamos aproveitar essa reunião aqui, esse encontro.

Sr. Felipe Freitas (Secretário-Executivo do CNPIR) – Douglas.

Sr. Douglas (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) – Douglas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. São apenas dois rápidos informes. O primeiro deles é para dizer que está sendo elaborado o segundo encontro da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência. E até mesmo a partir de discussões que eu pude participar aqui, um dos focos desse segundo encontro da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência é questão da educação científica e da divulgação de ciência para comunidades tradicionais. A gente tem visto que isso é de extrema importância na medida em que a gente fala de empoderamento, inclusão social de negros, comunidades tradicionais, é impossível imaginar que a gente de fato vai conseguir fazer o suficiente sem evidentemente incluir o aspecto do domínio da ciência e tecnologia por parte dessas comunidades, por parte da população negra. E em geral eu entendo perfeitamente, a gente hoje tem a questão do negro no Brasil, e a questão das comunidades tradicionais, tanto a complexidade que de fato é necessário priorizar. Então de fato a gente fala da questão da alimentação em primeiro lugar, é óbvio, a questão da saúde, mas não tem jeito, a questão da educação científica é algo que gente tem de fazer paralelamente a tudo isso que a gente tem discutido aqui. E por que é que a realização desse encontro é muito importante? Porque vai ser uma oportunidade de levar essa questão da divulgação da ciência e da educação científica para os negros e para as comunidades tradicionais, dentro das instituições que hoje de fato trabalham com essa temática no Brasil. Então hoje no Brasil a gente tem cerca de 270 museus de ciência espalhados no país inteiro, claro com problemas de concentração desses 270 um pouco mais da metade se encontram na região Sudeste. Mas o fato é que essas instituições são chaves na política que o Brasil hoje está desenhando para divulgar ciência e tecnologia. Então eu sugeri esse elemento de discussão nesse encontro, isso foi aceito, e eu tomei a ousadia de afirmar, e eu tenho certeza que eu não terei mentido, que teremos o apoio da SEPPIR e desse grupo em particular para estruturar essa discussão nesse encontro. Esse encontro aconteceu no mês de agosto na cidade

de Recife, a pauta está sendo desenhada, eu vou colocar os e-mails de todos aqui presentes no circuito de discussão, e eu acho que é uma oportunidade de fato muito relevante para a gente levar essa discussão realmente para a realidade. E eu quero até aqui antecipar uma experiência que eu tive em 2013, eu trabalho com divulgação de ciência há muito tempo, e no ano de 2013 eu fui convidado pela SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência a integrar um grupo que foi levar a divulgação de ciência para quilombolas no interior do Maranhão. E bem, geneticamente eu sou praticamente um quilombola, meu pai é maranhense, mas foi o melhor “banho de água fria” que eu já tomei, porque não adiantou nada, eu um profissional com mais de 25 anos de experiência, a gente não conseguia estabelecer um diálogo com as crianças quilombolas, e o motivo ficou muito claro, não adianta a gente colocar a nossa boa ciência debaixo do braço e achar que vai promover a educação científica, divulgação de ciência como nós fazemos nos centros urbanos. Então isso é uma questão fundamental e eu acho que o grupo que está aqui ele pode contribuir de uma forma fundamental para que essas discussões sejam qualificadas. E o exemplo de como particularmente a presença do negro na ciência brasileira é mínima, ontem a gente teve o encontro, a entrega do prêmio Jovem Cientista no Palácio do Planalto, inclusive a ministra estava presente. E incrível, ontem a gente teve um rapaz negro que conseguiu furar esse bloqueio, é um garoto de ensino médio chamado Moises Lopes Rodrigues da cidade de Tucuruí no Pará que apresentou um trabalho sobre a criação de adubo a partir de carcaça de peixe, com o objetivo de diminuir o impacto ambiental na cidade e ao mesmo tempo contribuir para a agricultura familiar. Bem, tivemos ontem mais uma exceção, o padrão é não ter nenhum ou um ou outro de quando em vez. Então acho que a gente precisa está muito atento a isso. E também como objetivo de começar a popularizar essa preocupação, o MCTI vai está lançado agora no dia 19 de outubro um concurso do inventor popular, justamente com esse objetivo, a gente tem uma população que muitas das vezes não tem necessariamente um alto grau de escolaridade no sentido de que não frequentou a escola por muitos anos, mas uma população bastante inventiva e que dá conta de resolver problemas da realidade. Mas pelo fato de não ter uma educação formal, muitas vezes não tem oportunidade de mostrar e dar visibilidade para essa produção de conhecimento, essa produção de invenção. Então esse concurso de evento popular ele tem como principal premissa não exigir formação acadêmica, a gente vai instituir um processo muito simplificado de inscrição de trabalhos, e o objetivo é isso, é dar visibilidade a essa capacidade inventiva que as nossas populações têm nas comunidades tradicionais, que tem resolvido de maneira muito satisfatória problemas sérios que tem aparecido, mas que ficam invisíveis. Então essencialmente esses seriam os informes,

e eu queria de fato ratificar que de todas as discussões que a gente tem levado, de fato a gente precisa encontrar um tempo para estruturar nesse movimento uma articulação para elevar a educação científica das nossas comunidades e promover a divulgação de ciência e tecnologia. Era só isso.

Sr. Felipe Freitas (Secretário-Executivo do CNPIR) – Walide.

Sr. Walide – Bom dia senhores conselheiros, conselheiras. Cumprimentos efusivos aos visitantes, aos convidados, ao novo conselheiro que ocupa a cadeira dedicada, destinada a gloriosa União Nacional dos Estudantes. A ministra e ao novo secretário-executivo, não podendo deixar de fazer menção ao Giovane que muito contribuiu para tudo que se dá nesse país com relação à promoção e as políticas de igualdade racial, e espero que ele esteja em um extraordinário momento onde quer que ele esteja contribuindo como sempre contribuiu. Eu não gosto muito de passar informes que não digam respeito exclusivamente ao combate ao racismo no Brasil, porque eu entendo que embora eu entenda que o racismo é igual em qualquer canto do mundo, quando você o combate em qualquer canto do mundo, você contribui para que em qualquer outro canto do mundo ele seja debelado, melhor dizendo, se eu combato e faço ceder o racismo no Vietnã, seguramente eu estou enfraquecendo o racismo no mundo e conseqüentemente enfraquecendo no Brasil e vice-versa. Mas eu prefiro normalmente falar do que acontece nos quadrantes do nosso país. Entretanto eu não posso deixar de lembrar que esse conselho está se reunindo hoje e amanhã, em dois dos dias que se deram durante três dias um banho de sangue nos exatos dias 16, 17 e 18, tendo de setembro de 1982 no Líbano nos campos de refugiados miseráveis de Sabra e Chatila, refugiados palestinos. Nesta data vigorava nesse território libanês a invasão por Israel em socorro de seus aliados internos, mas não apenas, e dentre outras coisas já sitiados esses campos de refugiados sitiados e já com uma retirada por um acordo das forças que garantiam a segurança desses campos de refugiados com todas as precariedades da OLP – Organização para Libertação da Palestina, esses dois campos especialmente são cercados em um banho de sangue, uma orgia de matança realizada durante esses três dias. A quase totalidade dos moradores desses campos de refugiados são mortos em suas casas ou arrancados delas. A totalidade das mulheres são estupradas antes de serem mortas, inclusive em tenra idade. As mulheres grávidas tem seus ventres rasgados, retirados os fetos e decapitados. Isso foi registrado, as fotos são incontáveis, são de vomitar, são de indignar. Isso tudo aconteceu, estima-se que sejam de três mil mortos

ou mais, há números um pouco além, e números um pouco aquém. Essa é uma vergonha, uma chaga na vida da raça humana no nosso planeta, isso se dá não a 100, 200, 300 anos atrás quando era impossível registrar, isso se deu no ano de 1982, e nós lembramos essa data muito triste para o povo palestino, para a raça humana, para todo o oriente médio nessa data. Mas como o mundo não é feito apenas de desgraças, a gente recebe algumas notícias que nos fazem felizes, no dia 11 deste mês, claro que é o 11 de setembro, aquele que é tido como uma data a ser lembrada por todos obrigatoriamente, porque o império quer. Neste dia 11 de setembro a ONU por 138 votos a favor dos 193 membros, pasmem vocês, 41 abstenções, a maioria europeus e nove votos contra, foi aprovada a possibilidade, a obrigatoriedade de perdão do hasteamento da bandeira da Palestina na ONU, mas não só, também a do Vaticano. Portanto saibam vocês que nove estados, dentre eles Estados Unidos e Israel votaram contra e 41 se abstiveram. Mas a vida é assim, há muita luta e nós temos que perseverar para ganhar. E também que a FAPAL – Federação Árabe e Palestina do Brasil com outras organizações amigas, etc., trouxe para fazer percorrer o Brasil, tendo estado em Manaus, Curitiba, Maringá, em diversas atividades, mas especialmente de exibição do seu documentário e debate seguido a ele de Emad Burnat, Emad Burnat é um documentarista palestino de uma pequena cidade chamada Bil'in que iniciou a luta popular pacífica na Palestina contra a construção do muro do apartheid que seqüestra território, mais território palestino e a quase totalidade das fontes de água da Cisjordânia, ou pelo menos aquelas adjacentes ao muro. Emad Burnat percorreu o Brasil, esse documentarista foi candidato ao Oscar com o seu documentário em 2003, isso engrandeceu o Brasil e tudo mais. Então esses são informes, como eu disse, deslocados do que poderia ser o informe a priori daquilo que é o combate ao racismo estritamente no Brasil, mas como eu considero as coisas conectadas, são esses os informes, obrigado pela gentileza.

Sr. Felipe Freitas (Secretário-Executivo do CNPIR) – Nilma Bentes.

Sra. Nilma Bentes – Bom dia. Só pelos informes a gente dá para notar a heterogeneidade e profundidade, complexidade, todos os dados que a gente pode imaginar aqui. Como nós estamos aqui, e esse é um pedacinho do Brasil, uma coisa assim louca, agora a gente senta aqui numa cadeira de um conselho desse, parece até o Vale do Amanhecer aqui em Brasília, vocês conhecem aqui? Alguém já foi daqui no Vale do Amanhecer? É o Brasil, isso é o Brasil. Então é muito difícil a gente fazer alguma coisa, o que eu queria na verdade não era nem informe que eu ia dar, eu gostaria que a ministra quando fosse falar, socializasse um

pouco o que é que a SEPPIR vai poder em tese ajudar, apoiar na questão da marcha das mulheres negras no dia 18. E para não perder a coisa do informe, nós estamos para a marcha lá no estado do Pará, nós deveremos fazer uma festa em homenagem a farofa de ovo, que na verdade acaba sendo a galinha propriamente dita, porque a farinha e a mandioca para arrecadar fundos para essa questão da marcha. Obrigada.

Sr. Felipe Freitas (Secretário-Executivo do CNPIR) – Encerrando aqui os inscritos, Renísia.

Sra. Renísia – Desculpa gente, eu estava aguardando, mas bom, bom dia a todos e todas. Eu faço coro a fala da colega, é muito bom estar aqui neste espaço, e fazer parte dessas discussões do que a gente está tentando construir aqui a duras penas. E para mim também é muito importante falar para a Ministra Nilma, para o Roberto, para o Felipe, para todas as pessoas da SEPPIR, o quanto a gente pelo menos estamos vibrando positivamente para que vocês tenham muita força para superar esses momentos de muita adversidade, que atinja a nós todos, mas especificamente atinge a SEPPIR, e a SEPPIR representa de certa maneira também uma forma com que as nossas demandas cheguem até os outros ministérios, por mais que nós tenhamos diferenças. Então para nós é muito importante que a SEPPIR esteja, esteja fortalecida. E com pensamento muito positivo para vocês, se nos atinge, imagina quem está dentro desse governo. Fiquei muito forte, entende, e todos nós temos que ficar muito fortes nesse momento, como o companheiro indígena falou e os demais colegas ciganos, assim, cada vez que a gente ouve as demandas nós ficamos, nós percebemos o quanto nós estamos juntos e misturados. E para nós é muito importante que nós ocupemos esses espaços de poder para que as pessoas compreendam as nossas falas, as nossas lutas. E muito obrigada por vocês nos fazerem ver o quanto a luta de vocês apesar da singularidade é a nossa luta também. Bom, eu também queria registrar o falecimento ontem da nossa amiga, a Zoilda Loreto Trindade que foi uma guerreira sempre. E assim, são essas questões que nos fazem estarmos cada vez mais guerreiros e guerreiras aqui nesse espaço, porque a passagem é rápida, então enquanto nós estivermos aqui, façamos sempre o nosso melhor, que eu acho que a gente está fazendo. E a Zoilda foi uma guerreira nesse sentido, acho que precisa esse registro. E agora vamos, rapidamente três informes. Um que o congresso de pesquisadores negros vai acontecer em julho do ano que vem, que nós estávamos fazendo uma outra consulta, vai acontecer na Universidade de Grande Dourados, Universidade Federal de Grande Dourados, com a colega Eugênia. Desculpa, na Estadual de Mato Grosso junto com a Grande Dourados, que Eugênia é

uma parceira. E o CECUN que é o Centro de Cultura Negra da Universidade Federal do Espírito Santo, elaborou um documento também com vários coletivos negros, principalmente das universidades federais, estaduais, municipais, e que foi entregue em Brasília agora em agosto, acho que vocês devem ter conhecimento, não sei, cobrando monitoramento e uma resposta da procuradoria em relação à implementação do Artigo 26-A. Então nós estamos aguardando a resposta dessa procuradoria. Um outro documento também que foi compartilhado pelo colega Moisés Santana que eu achei muito importante e que eu acho que dialoga um pouco com o que foi colocado pelo companheiro aqui do MCTI, que é um encontro que aconteceu, e o documento que foi entregue ao presidente do CNPq para que houvesse uma articulação melhor entre as demandas, porque hoje o foco tem sido em ciência e tecnologia, e a área de humanas tem ficado alijada de vários editais, nós sabemos disso. Então foi feito uma documentação falando sobre uma política de ciência, tecnologia e inovação para a área de ciências humanas, sociais e sociais aplicadas. E resultado desse GT da área de humanas solicitando, e foi muito interessante o documento, porque o documento vai falar dessa, quando você coloca na perspectiva ciências humanas e inovação é fazendo mesmo uma costura a partir dos que eles entendem como ciência e tecnologia, mas elencando a importância de ver quem são os demandantes dessas políticas, que é o grande foco das ciências humanas. Então eu acho que esse documento talvez componha com essa fala que foi feita antes pelo companheiro sobre esse olhar mais cuidadoso e da inserção de uma discussão tecnológica na perspectiva dos quilombolas e dos povos tradicionais. Então esse documento já foi entregue, e que talvez valha ser recuperado. E aí ministra a referência à questão racial e de gênero ela é ínfima, ela acontece em duas linhas apenas. Então assim, sinaliza, mas eu acho que talvez nós possamos recuperar esse documento e nos colocarmos mais presentes. E talvez articulando com o que foi dito pelo companheiro. Uma outra coisa que talvez valha à pena compartilhar, eu acho que vale, que vocês, porque na outra reunião aqui do conselho foi falado sobre a questão dos 20% de vagas nos concursos públicos, e como as pessoas estavam burlando em relação ao pertencimento étnico racial. E a polícia federal procurou a Universidade de Brasília, procurou o CESPE que é reconhecido nacionalmente como uma instituição que tem legitimidade na questão dos concursos públicos nacionais, tanto é que nós estamos agora muito mais nacional do que voltado para a UNB. E nós fomos chamados como o NEAB, muitos colegas do NEAB para ajudar a polícia federal em cerca de 170 processos que foram considerados como não negros. E desses 170, apenas cinco, essas pessoas vinculadas ao NEAB, são colegas da UNB, consideraram que não, assim, que era um erro da polícia federal, porque eles eram negros. Isso nos chama a atenção porque nesse momento

como eu estou aqui como ABPN, nós compartilhamos com a polícia federal a existência dessa Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, e que essa Associação Brasileira de Pesquisadores Negros já está articulada com quase 200 núcleos afro brasileiros. Então que assim como essa polícia federal em Brasília recorreu a UNB e que recorreu ao NEAB, e que precisa ser publicizado a existência da ABPN junto a essas instâncias nacionalmente, para que eles também tenham esse respaldo, porque eles foram apenas no fenótipo, eles não têm o referencial teórico para dar legitimidade a essas lutas. Então isto também é uma forma de fortalecer a política que a ABPN tem que ser divulgada. Então eu acho que também a SEPPIR tendo esse apoio da ABPN que tem, notoriamente tem, poder também fazer publicizar essa possibilidade, para que essas políticas, porque na verdade quem não faz a discussão fica inseguro. O que é que a política contesta, mas eles falavam o tempo todo: como que nós vamos argumentar? Nós temos o argumento para ajudá-los. Era só isso que eu queria dizer, muito obrigada.

Sra. Ubiraci Matildes (Fórum Nacional de Mulheres Negras) – Ubiraci, pedido de esclarecimento. Na última reunião nós pedimos, nós discutimos a questão do concurso público do Ministério da Defesa. E estabelecemos em relação à questão das cotas naquele concurso. O meu pedido de esclarecimento é exatamente do resultado dessas intervenções. O outro pedido de esclarecimento é exatamente em relação à comunicação para as demais instituições que estão fazendo concurso público. Então essas coisas a gente precisa ter um retorno para a gente possa monitorar subjetivamente enquanto Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Muito obrigada.

A conselheira Sra. Rosário, representante do MPOG, destacou que, na ata da quinquagésima primeira reunião, não constava a sua justificativa de ausência. Com anuência dos presentes a observação da conselheira foi incorporada a ata.

. Ao final da saudação, a Ministra iniciou a ordem do dia submetendo a votação a ata da quinquagésima reunião ordinária do CNPIR que foi aprovada com uma única abstenção. Em seguida passou-se ao ponto dos informes com o pronunciamento da Sra. Ubiraci Matildes, que informou que o Fórum Nacional de Mulheres Negras, participou, na Bahia, de um evento sobre mulheres negras chamado Julho das Pretas que teve como objetivo principal destacar os

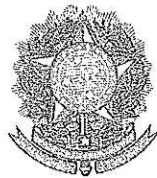
papeis das mulheres negras na sociedade e defender políticas públicas que atendam a este segmento da população. Sra. Patrícia Tolmasquim, representante da CONIB, informou sobre o caso ocorrido na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, na qual foi apresentada uma solicitação referente aos professores daquela instituição que tinham ascendência judaica. Sr. Júlio Pinho, Fundação Nacional do Índio, informou quanto a Primeira Conferência Nacional de Política Indigenista destacando o protagonismo dos Povos Indígenas no Brasil e frisou a realização de um conjunto de Conferências locais e regionais que estão acontecendo. Sra. Ana Cristina (Central Sindical UGT-União Geral dos Trabalhadores) informou que aconteceu no dia 26 agora de julho, no Estado do Rio de Janeiro, uma marcha das Mulheres Negras na orla de Copacabana, como evento preparatório do que será que a marcha que vai estar acontecendo em Brasília no mês de novembro. Sr. Rui Leandro (Ministério da Saúde) informou que no dia três serão empossados os primeiros Cotistas aprovados no concurso do Ministério da Saúde, através do INCA, provavelmente entre 70 e 100 cotistas. Sra. Maria Aparecida, Rede Amazônia Negra, informou quanto a participação da delegação brasileira no AFROMADRID, destacando este como um momento muito importante, no sentido das políticas para os Afrodescendentes latinos, caribenhos e africanos que estão refugiando e emigrando para outros países Europeus. Após os informes dos conselheiros a Ministra apresentou os informes da SEPPIR. A Presidenta do Conselho destacou a continuação da Caravana Pátria Educadora pela Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo; falou da participação da SEPPIR no evento promovido pelo Instituto Lula com lideranças do Movimento Negro no Brasil; sobre o apoio da SEPPR à Marcha das Mulheres Negras, e, por fim, a Ministra anunciou que Fundo do Amparo do Trabalhador, o FAT, aprovou uma resolução que insere o quesito raça/cor em todos os seus cadastros de emprego. Após seu pronunciamento a Ministra retirou-se da reunião e o Secretário-Executivo do Conselho, Felipe Freitas, assumiu a condução dos trabalhos passando a palavra à Sra. Givânia Maria da Silva que destacou as realizações da SECOMT com destaque para realização da segunda reunião da Agenda Social Quilombola e a sanção da Lei da Sociobiodiversidade. Em seguida a Sra. Lucy Goés, secretária de planejamento e formulação de políticas, que destacou os avanços da gestão do Ministério e apresentou esclarecimentos referentes ao processo de planejamento e execução orçamentária. Terminados os informes aprovou-se seguinte pauta: 1. Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do CNPIR; 2. Apresentação da Prof.^a Petronilha Beatriz, Conselheira indicada por notório saber; 3. Saudação da Sra. Nilma Lino Gomes, Presidenta do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial da Presidência da República; 4. Aprovação da Ata da 50ª Reunião Ordinária; 5. Informes Gerais; 6. Leitura e aprovação da pauta; 7. Discussão sobre Agenda da Igualdade Racial no Congresso Nacional; 8. Leitura, discussão e votação da proposta de novo Regimento do CNPIR; 9. Reunião das Comissões. Neste momento o Secretário-Executivo do CNPIR, Felipe Freitas, encerrou os trabalhos no turno da manhã convocando a retomada dos trabalhos para as 14h. No reinício dos trabalhos a

Ministra Nilma Lino Gomes apresentou a Ministra de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza, Tereza Campelo, que passou a expor os dados sobre a superação da pobreza extrema e a promoção da igualdade racial no país. Em sua apresentação a Ministra Tereza destacou a importância do encontro com o CNPIR e passou a apresentação dos dados desagregados por raça/cor no que se refere ao programa Bolsa Família e ao perfil geral dos beneficiários do cadastro único e os seus impactos no país. Destacou que no período de lançamento do Plano Brasil Sem Miséria o perfil geral dos pobres era de 71% de negros e negras e que 60% estavam na região Nordeste, e que se somados com a região norte que são mais 17%, era possível afirmar que a imensa maioria dos extremamente pobres no Brasil estavam no Norte e no Nordeste. A Ministra destacou as mudanças ocorridas a partir dos investimentos dos últimos anos na área social e enfatizou os impactos destes investimentos na melhoria das condições da população negra. Ao mesmo tempo, a Ministra Tereza também reconheceu a persistência das desigualdades e apresentou a necessidade de maiores e continuados esforços no campo do acesso a educação e ao trabalho. Após a apresentação inicial da Ministra manifestaram-se o Frei David, a Sra. Eliamar, o Sr. Adeildo Leite, o Sr. Douglas Falcão, o Sr. Uallid Habad, Sra. Ana Cristina, Sra. Nilma Bentes, Sra. Dandara Tonantzin, Sra. Patrícia Tomasquim, Sr. Rui Leandro, Sra. Marcela Regina, Sr. Paulino Cardoso e a Sra. Maria Aparecida de Matos. Após as manifestações dos conselheiros e conselheiras a Ministra Tereza retomou a palavra, enfatizou pontos importantes das considerações dos conselheiros sobre a política de superação da pobreza extrema e sobre as iniciativas de enfrentamento ao racismo no país. A ministra Tereza reconheceu os limites na divulgação dos dados, agradeceu a SEPPIR pela oportunidade de maiores esclarecimento sobre o conteúdo das ações do MDS bem como colocou-se a disposição para, em outros momentos, comparecer a outras reuniões do Conselho nacional. Ao encerrar os trabalhos a Presidência do Conselho destacou que o material apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social ficará disponível no site da

SEPPIR e convocou para as 09h a retomada dos trabalhos do Conselho. No dia vinte e sete de maio a reunião teve início as nove horas e trinta e sete minutos quando, por solicitação da conselheira Maria Aparecida de Matos, verificou-se a presença de quatorze conselheiros. Diante da inexistência de quorum mínimo para instalação da reunião em caráter deliberativo o pleno decidiu instalar a reunião de trabalho passando a palavra a conselheira Beatriz Cruz, representante do ministério da justiça, para expor sobre ações na área da prevenção a violência e do enfrentamento aos homicídios. Em sua apresentação a Sra. Beatriz destacou que o tema dos homicídios vem sendo tratado como prioridade pelo conjunto dos ministérios do governo federal, que no âmbito do Ministério da Justiça vem sendo construído um Pacto pela Redução de Homicídios e que da parte do Ministério há interesse em apresentar ao CNPIR estas iniciativas não só nesta reunião, mas, também em outros momentos destacando o interesse da própria Secretaria nacional de Segurança Pública, a Sra. Regina Miki, em comparecer ao conselho juntamente com os outros dirigentes do ministério que estão trabalhando na proposta do Pacto. Na mesma direção a representante do Ministério da Justiça falou das ações já em curso em parceria com o Plano juventude Viva e assinalou o papel da SEPPIR em várias destas iniciativas, com ênfase na questão das pesquisas sobre letalidade policial e a questão racial. Após a apresentação falaram a Sra. Ubiraci Matilde, Maria Aparecida, Sra. Sonia dos Santos, Sra. Patrícia Tomasquim, Sr. Adeildo Leite, Sra Rosangela Peixoto, Sra. Nilma Bentes destacando a importância das informações apresentadas, destacando a necessidade de que aquelas ações tivessem reatamento real nas comunidades e fossem mais debatidas com as lideranças do movimento negro e assinalando a necessidade de avançar nas ações de enfrentamento a violência policial e de enfrentamento ao racismo. Nas respostas às considerações do plenário a Sra. Beatriz Cruz reafirmou a disposição do Ministério em assegurar outros momentos para discussão com o Conselho acerca do enfrentamento aos homicídios bem como destacou outras ações do Ministério da Justiça como: a Conferência Nacional de Segurança Pública, cuja mobilização foi iniciada, e o apoio aos estados para o aperfeiçoamento da ação policial. Em seguida, o Secretário-Executivo da SEPPIR, Sr. Giovanni Harvey, deu início ao segundo painel da manhã convidando para compor a mesa o Sr. Artur Antonio, Chefe da Assessoria Parlamentar da SEPPIR e a Sra. Magali Naves, Chefe da Assessoria Internacional da SEPPIR. Neste momento o Secretário-Executivo do CNPIR, Felipe Freitas, informou que havia quorum e que a partir daquele momento a reunião poderia tomar decisões e encaminhamentos. O Sr. Artur Antonio apresentou os projetos prioritários da agenda da SEPPIR no Congresso Nacional destacando a PEC 171/93, que trata da redução da idade penal, e a PEC 215, que trata do procedimento de

titulação de terras quilombolas e indígenas. Em sua exposição o Assessor Parlamentar destacou também o fluxo de acompanhamento dos projetos de lei por parte da SEPPIR e os principais desafios para a atual legislatura. A Sra. Magali Naves, assessora internacional da SEPPIR, abordou as principais ações da área, destacou a questão do Ano Internacional dos Afrodescendentes e as possibilidades de participação do conselho na agenda internacional coordenada pela SEPPIR. A Assessora destacou também a criação do Mercosul Afro e elucidou os processos relativos às questões nas quais o Brasil vem sendo questionado nas Cortes internacionais no tocante à questão racial. Após a exposição manifestaram-se Sra. Ubiraci Matildes, Sra. Maria Aparecida, Sr. Ualid Hussein, Sr. Frei David, Sr. Nuno Coelho, Sra. Patrícia Tomasquim, Sr. Quener Santos e Sr. Paulino Cardoso. Após as manifestações encaminhou-se como indicativo para a pauta para quinquagésima primeira reunião do CNPIR: uma mesa com os Parlamentares engajados na temática racial, com vistas a discutir a conjuntura do parlamento brasileiro; um momento para informe da Assessoria Internacional e da Assessoria Parlamentar da SEPPIR; apresentação do Plano Nacional de Redução de Homicídios e discussão sobre o Regimento Interno do Conselho. Na parte da tarde os conselheiros reuniram-se nas comissões de: *Segurança Pública, Justiça Criminal e monitoramento do Juventude Viva*: com a presença dos conselheiros(as): xxxx; *Acompanhamento das ações afirmativas*; com a presença dos conselheiros(as): xxxx, *Acompanhamento das políticas para povos e comunidades tradicionais*; com a presença dos conselheiros(as): xxxx, *Relações Internacionais* com a presença dos conselheiros(as): xxxx e *Acompanhamento das Políticas para Políticas para Mulheres Negras* com a presença dos conselheiros(as): xxxx. Ao final da reunião das comissões pactuou-se que os relatores seriam responsáveis pelo envio das deliberações de cada comissão para que tais registros pudessem compor a presente ata. Por fim, nada mais havendo a tratar, o Secretário Executivo da SEPPIR, Giovanni Harvey, declarou encerrada a reunião e eu, Felipe da Silva Freitas, Secretário-Executivo do CNPIR, lavrei a presente ata.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPIR / SEPPIR – PR
16 e 17 de setembro de 2015

Local: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Prédio Anexo – SEP/PR, Quadra 514, Bloco C, Lote 08, Asa Norte – Brasília/DF.

PAUTA:

1. Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do CNPIR;
2. Aprovação da Ata da 51ª Reunião Ordinária;
3. Informes Gerais;
4. Saudação da Sra. *Nilma Lino Gomes*, Presidenta do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.
5. Leitura e aprovação da pauta;
6. Apresentação da Plataforma Dialoga Brasil e das ações da SEPPIR no campo da participação e do diálogo social;
7. Finalização da discussão e votação da proposta de novo Regimento do CNPIR;
8. Apresentação e discussão das ações da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas (SPAA);
9. Reunião das Comissões;
10. Encaminhamentos;
11. Encerramento.